Tese: ***Tese: Ousar Lutar, Ousar Vencer: Sindicato é Pra Lutar!***, do coletivo CUTista ETCU.

A realização do XII Congresso dos Trabalhadores da UNICAMP, em 2013, ocorre em meio à rica conjuntura marcada pelas manifestações de ruas que varrem a quebrada Europa neoliberal, precedidas pela "Primavera árabe", pelo Ocuppy Wall Street (a partir dos EUA), pelos movimentos contrários às medidas de austeridade na Inglaterra, em 2011, cujo estopim foi o assassinato do jovem negro Mark Duggan pela polícia. Além disso, lembremo-nos também dos protestos dos jovens na periferia de Paris, em 2006, sem deixar de registrar atos e protestos na China, Rússia, México, Brasil, etc.
Em todo o mundo o mote continua sendo o enfrentamento ao neoliberalismo. No Brasil, registra-se o limite do pós-neoliberalismo.

Da falência do neoliberalismo aos limites do pós-neoliberalismo.

Os protestos que vem ocorrendo no Brasil tem natureza distinta dos que motivam, principalmente nos EUA e Europa, a sociedade ir às ruas. O Brasil e a América Latina, de um modo geral, capitaneiam um polo de contraposição à hegemonia neoliberal, obstaculizando os mecanismos e as medidas práticas adotadas pelos governos de direita dirigidos pelo capital financeiro. A dependência financeira, tecnológica e comercial dos Estados Unidos, ainda que não desfeita, é muito menor que no período dos governos FHC. Em contraposição à ALCA, que foi enterrada, o Mercosul foi fortalecido, além de criadas novas relações na América Latina e Caribe, como a UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) e a CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe).

Para quem só vê a "árvore" e não enxerga a "floresta", os protestos no Brasil originaram-se da insatisfação da população com o mal uso de recursos públicos, com a corrupção, com os péssimos serviços públicos oferecidos pelos governos e empresas públicas e com a omissão, a conivência e até cumplicidade do governo federal com tudo isso. No entanto, as reais causas dos inúmeros problemas sociais do Brasil encontram-se nas estruturas políticas e institucionais históricas do país e não nos significados que, às toneladas, foram despejadas nos meios de comunicação tradicionais e na Internet em particular.

O caráter plural, caleidoscópico, difuso e, porque não dizer, confuso dos múltiplos protestos dentro dos protestos tem, sim, uma racionalidade, mesmo que disso não tenham consciência os milhões que foram às ruas.

O neoliberalismo jogou milhões e milhões de pessoas no mundo inteiro nas ruas contra a sua "racionalidade social individualista-competitiva-destrutiva". E o pós-neoliberalismo que ajudamos a construir no Brasil nos últimos 10 anos, incentivou parte significativa da massa de manifestantes a ir às ruas, primeiro, pelo direito social ao transporte

público decente, e, depois, para uma miríade de reivindicações. A mídia de direita interveio e logrou uma vitória ao abrir as portas para um repúdio generalizado aos poderes da República, contra os governos nos três níveis, contra os parlamentos e os políticos e contra o judiciário, ainda que este em menor escala, tudo em franca ameaça às nossas custosas conquistas democráticas. Nem mesmo escaparam a imprensa, as empresas privadas, os partidos à direita e à esquerda e os movimentos sociais e sindicais históricos.

A direita tentou "demonizar" as manifestações, mas, no máximo, conseguiram mais confundir do que esclarecer. As manifestações populares recentes que ocorreram no Brasil são a expressão de décadas de lutas do povo brasileiro pela liberdade e pela inclusão social.

Os partidos de esquerda e os movimentos sociais mais tradicionais custaram a reagir. Mantiveram-se na defensiva, pela linha da autodefesa contra as agressões fascistas.

Enfim, passados os primeiro espasmos dos protestos, potencializados pela repressão policial, pela mídia em geral e facilitados pelos grandes eventos públicos, com o foi pela Copa das Confederações, passaremos daqui pra frente à consolidação das pautas legítimas e pela disputa qualificada da hegemonia e da direção política dos movimentos.

Avaliação do XI Congresso dos Trabalhadores da UNICAMP

Fim do Imposto Sindical!
Volta à Proporcionalidade Direta na Base no STU!
Oposição à reitoria Fernando Costa!

Essas são algumas das vitórias dos/as trabalhadores(as) combativos da UNICAMP conquistadas no seu XI Congresso realizado nos dias 20 e 21 de Abril de 2012.

Nós que subscrevemos a ***Tese: Ousar Lutar, Ousar Vencer: Sindicato é Pra Lutar!***, do coletivo CUTista ETCU, estivemos presentes na construção deste congresso. Participamos da Comissão de Organização e estivemos com nossa tese em praticamente todas as assembléias setoriais discutindo com os/as delegados/as que foram eleitos. Somos parte dessas vitórias!

Nosso coletivo vinha afirmando que a realização do XI Congresso marcaria um momento importante de organização e na unificação dos/as trabalhadores/as da UNICAMP na defesa da classe trabalhadora, **a construção de um Plano de Lutas que aponte um caminho para as nossas lutas: a Construção do Socialismo.**

Nesse sentido nossa tese trouxe contribuições importantes para a luta anticapitalista e anti-imperialista sistematizadas nas nossas resoluções. Vejam algumas:

- Controle do fluxo de capitais internacionais, para reduzir a vulnerabilidade externa do país;
- Auditoria da dívida externa para negociar o que deve e o que não deve ser pago;
- Combate à inflação sem estancar o crescimento econômico, superação da política monetária baseada em metas de inflação;
- Redução substantiva na taxa de juros real;
- Superação da política fiscal baseada no objetivo de "superávit primário", para permitir a retomada dos investimentos públicos em serviços básicos para a população pobre;
- Reajustes e valorização do salário mínimo na perspectiva de atingir o índice do DIEESE;
- Redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salários;
- Nenhuma reforma que retire direitos dos/as trabalhadores/ras;
- Direito irrestrito de greve;
- Ratificação das convenções 87, 135, 151 e 158 da OIT;
- Fim das práticas anti-sindicais pelos patrões;
- Fim do Fator Previdenciário;
- Igualdade salarial entre homens e mulheres, incluindo os/as aposentados/as;
- Luta contra a privatização e as PPPs;
- Envolver a CUT e a CMP - Central de Movimentos Populares - no debate sobre concepção de Estado, Gestão e Serviço Público, bem como Carreira; e muitas outras.

Mas mesmo realizando um congresso onde aprovamos resoluções importantes para nossas lutas, acreditamos que muito ainda é preciso mudar. Pois se é verdade que precisamos elevar o grau de compreensão política da classe trabalhadora a partir da construção de espaços onde possamos discutir entre nós nossas realidades imediatas, a conjuntura e as contradições da sociedade capitalista, também é verdade que isso é impossível de fazer com qualidade em apenas dois dias. Acreditamos que nesse congresso ainda prevaleceu muito da lógica pragmática dominante no movimento sindical como um todo. Precisamos romper com essa lógica!

Afirmamos aqui o que já afirmávamos na nossa tese: é necessário que os companheiros e as companheiras da tese majoritária no congresso, a tese ***Vamos à Luta UNICAMP!***, sigam coerentes com o que escrevem e implementem mecanismos que permitam a democratização do Sindicato. Um exemplo a ser seguido é a realização de consultas, plebiscitos, assembleias ou outros mecanismos que permitam aos associados decidiram os rumos que querem seguir com o STU. Nós queremos

construir e consolidar a Democracia Operária, e sabemos que o STU é instrumento importante nessa luta.

Por isso, é preciso reconhecer que prevaleceu nesse congresso a pequena política e as disputas menores. A tensão em torno da realização do congresso em apenas dois dias e a dificuldade de diálogo sobre a condução dos trabalhos reduziu o espaço de construção de uma política unitária. Isso se tornou visível através do método escolhido pelos/as proponentes da ***Tese Guia*** vencedora (tese *Vamos à Luta UNICAMP!*). Durante os trabalhos da Sessão Plenária Final, onde se discutiu as emendas à tese guia, nós fomos atropelados no momento em que nossas proposições foram ao plenário para serem discutidas. Os condutores da sessão impuseram um método de discussão que levou nossas propostas a votação em bloco, impedindo que o plenário conhecesse e discutisse nossas divergências pontuais com a tese guia *Vamos à Luta UNICAMP!*. Tão visível foi essa prática anti-democrática, que os/as companheiros/as da tese ***O futuro é tão grande... Vamos de mãos dadas!*** (do coletivo *Levante! CSP-Conlutas UNICAMP*) se levantaram em protesto ao encaminhamento dos coordenadores daquela sessão plenária, uma coordenação composta apenas por representantes de uma única tese (a tese *Vamos à Luta UNICAMP!*).

Mas o congresso passou e a Campanha Salarial já está na rua. Para nós fica a preocupação. É hora de mais uma luta unificada contra essa Reitoria que não negocia com trabalhador. *Mas não podemos permitir que prevaleça dentro do STU a prática do* ***hegemonismo*** *sindical, que só nos divide e enfraquece nossa resistência!* ***Vamos unidos Ousar Lutar, Ousar Vencer!***

Proposta de Emenda Estatutária: O STU deve realizar consulta pública entre os associados toda a vez que for mudar o jurídico do sindicato.

A PLATAFORMA PARA A PRÓXIMA CONJUNTURA

"As exigências mudam quando mudamos o Brasil"
Dilma Rousseff

Para superar os limites do chamado pós-neoliberalismo, urge que apresentemos respostas ao desafio de indicar as fontes de financiamentos das políticas sociais. Debater com a população a reforma tributária, notadamente a taxação das grandes fortunas, é um caminho. Pautar o debate dos juros escorchantes das dívidas públicas e adotar medidas contra esse endividamento é outra trilha. Por sua vez, a desoneração

setorial de tributos só se justifica se a contrapartida dos setores beneficiados ficar demonstrada.

O escândalo recente envolvendo a Rede Globo de Televisão, sua manobra para sonegar impostos, envolvendo a compra dos direitos de transmissão da Copa do Mundo de 2002, sua condenação pela Receita Federal e o "sumiço" do processo na própria Receita, reabrem outra trilha para garantir o financiamento de políticas públicas: à otimização do combate aos sonegadores.

Reafirmar os investimentos em áreas sociais tem o efeito de alavancar a economia. Diversos estudos do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), do Governo Federal, demonstram que os investimentos nessas políticas são altamente positivos, por acionar a economia e o consumo da população. Para cada R$1,00 investido em salário de professor, há um retorno econômico de R$1,20. Para cada R$1,00 investido em bolsa família, há um retorno de R$1,10 na atividade econômica.

Ao lado desse desafio de indicar e criar fontes de financiamentos para ampliar e qualificar as políticas sociais, e para investimentos em infraestrutura, há algo que já destacamentos anteriormente: *é inadiável fazer a reforma democrática do Estado*. E isso só será conseguido com forte pressão social. Um Estado que esteja à altura dos avanços econômicos e sociais, pelos quais lutamos, deve ser bem diferente daquele que herdamos das sucessivas "modernizações conservadoras" ocorridas em nosso país desde a República Velha. Exigimos um Estado muito diferente do *estado mínimo*, resultante da ideologia neoliberal.

Basta pensar na grandiosidade do PAC e das políticas de proteção social: o quanto de tempo se perde e o quanto se atrasa, porque temos um Estado hostil ao conceito de desenvolvimento com distribuição de renda.

Ademais, queremos um estado mais eficaz no atendimento das necessidades sociais da população por melhores serviços públicos em Saúde, Educação, Transportes, Habitação, Cultura; um Estado mais eficiente com servidores públicos capacitados, bem remunerados e mais dedicados ao serviço público.

Queremos um Estado sem corrupção e que utilize os impostos arrecadados em benefício da maioria da população.

Unificar a luta contra os monopólios é o nosso desafio

- ✓ Lutar contra o monopólio do dinheiro: isso significa conquistar a taxação das grandes fortunas, como ponto de partida;
- ✓ Lutar contra o monopólio da terra e a hegemonia do latifúndio: reforma agrária é condição para a soberania nacional;
- ✓ Lutar contra o monopólio do voto e do torniquete do financiamento privado da política: reforma política com participação popular, que aponte para a

transparência, requalifique a atividade de governar e de legislar e politize a luta contra a corrupção;

- ✓ Lutar contra o monopólio das comunicações: apontado para a renovação, em bases democráticas, das concessões em rádio difusão; o controle social (que não se confunde com controle de conteúdo), que fixe limites ao uso irresponsável da mídia; a democratização na distribuição das verbas públicas para os veículos de comunicação em geral.

Além desses pontos, urge retomar a reforma urbana, a mobilização para consolidar o financiamento da educação e da saúde; a segurança pública, a partir da premissa da desmilitarização das PMs; o aprofundamento da pauta dos direitos humanos e civis, como meios indispensáveis à proteção das populações vulneráveis. Esta última é essencial: as atitudes conservadoras, de direita e regressivas, sob uma ótica civilizatória, contra os direitos LGBT, de violência contra as mulheres, de intolerância étnico-racial, etc., estão exigindo uma pronta reação ideológica; negligenciar é ceder terreno para o obscurantismo moral, que é uma das marcas ideológicas do liberalismo nos tempos atuais de declínio histórico do capitalismo.

Duas disputas ideológicas:
2014: 50 anos do Regime Militar; 2017: 100 anos da revolução russa
Dois acontecimentos devem ter especial atenção das instâncias partidárias no próximo período das lutas de classes no Brasil e do mundo: o cinquentenário do golpe de 1964 e, em 2017 o centenário da Revolução Russa. Planejar e agir sobre esses importantes acontecimentos será uma exigência inelutável para a luta ideológica que devemos travar na sociedade.

50 anos do golpe de 1964
Se já seria importante disputar o significado do cinquentenário do golpe militar de 1964, com a emergência do ativismo social deste ano de 2013, isso se torna agora crucial. Fortalecer na consciência social de massas de milhões a necessidade das conquistas democráticas que vimos alcançando desde os tempos da resistência à Ditadura. A polarização irresponsável que veículos de mídia, partidos neoliberais e “formadores” de opinião remunerados, tem fomentado uma cultura golpista e de direita no país.

O socialismo na contemporaneidade exige o balanço dos 100 anos da revolução russa

O socialismo do século XXI não vai, por certo, retirar a sua poesia do passado. Porém, depois do grandioso confronto que tivemos com o capital, no século XX, no qual fomos derrotados, é necessário que façamos um profundo balanço dessa experiência. Não no

sentido do tradicional “inventário das misérias”, mas na perspectiva de renovação de nosso ideal societário.
E o centenário da Revolução Russa será objeto de intensa disputa. À direita e à esquerda. O STU deve assumir parte da responsabilidade de construção, não apenas às vésperas das festividades, de fóruns diversificados para o balanço dessa experiência que é integra e integrará, ainda que criticamente, nosso instrumental político e teórico de formulação sobre o futuro.

Eleição da Chapa Tadeu/Alvaro para Reitoria e a luta por uma UNICAMP verdadeiramente democrática.

A eleição da Chapa Tadeu/Alvaro para a Reitoria da UNICAMP, obtida com a votação em massa e decisiva dos funcionários da UNICAMP, mostra que o projeto politico dos trabalhadores da UNICAMP, expresso no manifesto de constituição do movimento “Eu também construo a UNICAMP”, continua atual e pode avançar na conquista de uma universidade mais democrática e plural.
A nova reitoria, em tempo recorde, já implantou várias medidas, cumprindo as promessas da campanha eleitoral, ansiosamente aguardadas pelos funcionários: a possibilidade de opção de mudança de regime da CLT para o ESUNICAMP; obrigatoriedade das novas contratações pelo ESUNICAMP; a correção das gratificações incorporadas (GRIs); o cancelamento da punições e fim dos processos disciplinares contra os sindicalistas e grevistas; o inicio da discussão sobre a jornada de 30 horas para a área de saúde entre outros pontos. A nova reitoria demonstra, assim, sensibilidade política e senso de justiça em relação às reivindicações dos funcionários, evitando, como quase sempre acontecia no passado, que, quando há reivindicações por direitos políticos e trabalhistas, os funcionários sejam obrigados a recorrer à Justiça com grande desgaste emocional e longo tempo de espera.
No novo cenário políticos na UNICAMP que se constrói com a nova reitoria, quatro temas devem orientar a nossa atuação sindical. Primeiro, a revisão dos Estatutos e do Regimento da UNICAMP; segundo, a conclusão da implantação da isonomia salarial entre as três universidades paulistas; terceiro, o fortalecimento da organização dos trabalhadores da UNICAMP na base; e, quarto, a instalação da Comissão da Verdade da UNICAMP.
O Congresso dos Trabalhadores da UNICAMP deve aprofundar esses pontos e preparar a categoria para lutar pela *paridade nos órgãos colegiados*, pela revogação do entulho autoritário presente nos Estatutos da UNICAMP, pelo fortalecimento da organização sindical e pelo funcionamento da Comissão da Verdade da UNICAMP.

Assinam:

APARECIDA DO CARMO MIRANDA CAMPOS (TIDA)

CELSO RIBEIRO DE ALMEIDA
GERALDO DANIEL ALVES BOSSO
ELOI JOSE DA SILVA LIMA
MIRIAM SUSANA LOCATELLI MARQUES DA SILVA
ROGERIA ELIAS MALAQUIAS
SILVIO JOSE FERNANDES